



**Dr. Sebastião Cezar Mendes  
Tramontin**

*é Diretor de Defesa Profissional*

O Colégio Brasileiro de Radiologia e a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, no dia 15 de janeiro último, protocolaram requerimento junto à Secretaria da Receita Federal em Brasília, no intuito de conceituar SERVIÇOS HOSPITALARES para fins de tributação de imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

## Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de Pessoas jurídicas

Por resolução da própria Receita Federal, e sem interferência de nossos representantes, os serviços de patologia clínica e imaginologia eram entendidos como prestadores de serviços hospitalares, e, como consequência, tributados no IRPJ e CSLL na forma de Lei nº 9249/95, isto é, respectivamente em 8% e 2% da receita bruta, e sobre este valor calculava-se o IR e a CSLL devido, para as empresas enquadradas no regime de lucro presumido.

Em 12/12/2007 a Receita Federal publicou a instrução normativa nº 791/07 equiparando o conceito de serviço hospitalar ao conceito de serviço prestado em hospital, portanto, permanecendo o entendimento acima.

Diversas foram as consultas junto à Receita Federal, e as respostas sempre foram pacíficas em favor dos contribuintes, a respeito das alíquotas dos impostos acima citados.

Anteriormente as Clínicas Radiológicas e os Laboratórios trabalhavam com o regime de lucro real, tendo uma alíquota de IRPJ e CSLL percentualmente maiores comparadas aos hospitais. Porém, devido aos altos custos de seus equipamentos conseguiam manter seu equilíbrio financeiro. Tendo posteriormente as clínicas e laboratórios migrados para o regime de lucro presumido, por incentivo da própria Receita Federal, que, por instrução normativa acertadamente equiparou os serviços prestados pelas Clínicas Radiológicas e Laboratórios aos serviços hospitalares, dando-nos condição de igualdade tributária perante os Hospitais que prestam os mesmos serviços em suas dependências.

Em 10 de dezembro de 2007, fomos surpreendidos com a publicação do Ato Declaratório numero 19 da Receita

Federal, entendendo que as clínicas radiológicas e laboratórios de patologia clínica, entre outros, não se enquadram na definição de estabelecimentos hospitalares. Isso modifica, na prática, a alíquota do IRPJ de 8% para 32%, contrariando a resolução anterior, e inviabiliza nossas atividades, discrimina as Sociedades Empresárias prestadoras dos mesmos serviços que ora são realizados no prédio de um hospital e ora são realizados nas dependências das clínicas e laboratórios, portanto fora dos hospitais.

Os referidos serviços são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades hospitalares e se caracterizam como serviços hospitalares.

A complexidade e o montante financeiro imobilizado em inúmeras clínicas de imagem do Brasil são até maiores que o custo total de grande parte dos hospitais do interior brasileiro, que continuam contribuindo na alíquota de 8% no IRPJ e 12% da CSLL da sua receita bruta.

A sobrevida dos hospitais deve muito aos serviços prestados aos pacientes externos, não internados, o que já caracteriza uma concorrência desleal às clínicas e laboratórios localizados fora destes, e que prestam os mesmos serviços ou complementam através de convênios de referência os exames não disponíveis nos hospitais.

As clínicas radiológicas e os laboratórios são empresas complexas, empregam grande número de pessoas, prestam serviços hospitalares, tem elevado custo operacional devido a insumos, manutenção, peças de reposição de alto custo e renovação de equipamentos.

Somente por isso, somos merecedores de tratamento tributário diferenciado e igual aos serviços prestados no interior dos hospitais. É o princípio da isonomia